



“A VIDA NO CAMPO É FRUTA MADURA”: breves apontamentos sobre
envelhecimento e suas condições de vida no espaço rural brasileiro

Glênia Rouse da Costa¹
Maria Lucilma Freitas de Sousa²
Suzaneide Ferreira da Silva³

RESUMO

A presente discussão ora apresentada tem como objetivo geral analisar a vivência do envelhecer no espaço rural brasileiro. Os objetivos específicos deste trabalho são: compreender as concepções sobre o envelhecer da classe trabalhadora; entender a discussão do espaço rural a partir dos interesses do capital e, por fim, refletir sobre as particularidades do envelhecer e sua condição de vida no espaço rural nordestino. Para atendimento dos objetivos propostos foi necessário a realização de uma pesquisa bibliográfica com autores que discutem as seguintes categorias analíticas: envelhecer, espaço rural e condições de vida. O método de análise que utilizamos foi o materialismo histórico dialético capaz de proporcionar uma lente ampliada e sucessivas aproximações com a realidade. Por fim, concluímos que o envelhecer no espaço rural tem suas particularidades, principalmente, permeadas por desigualdades sociais que refletem em vulnerabilidades como a ausência de serviços públicos essenciais, renda e trabalho.

Palavras Chave: Envelhecer. Espaço Rural. Condições de Vida.

ABSTRACT

The present discussion presented here has as general objective to analyze the experience of aging in the Brazilian rural space. The specific objectives of this work are: to understand the working class's conceptions of aging; understand the discussion of rural space from the interests of the capital and, finally, reflect on the particularities of aging and its living conditions in the rural area of the Northeast. To meet the proposed objectives, it was necessary to carry out a bibliographical research with authors who discuss the following analytical categories: aging, rural space and living conditions. The method of analysis we used was dialectical historical materialism capable of providing a widened lens and successive approximations to reality. Finally, we conclude that aging in rural areas has its particularities, mainly permeated by social inequalities that reflect in vulnerabilities such as the absence of essential public services, income and work.

Keywords: Aging. Rural Space. Life conditions.

¹ Docente da Faculdade Complexo Educacional Santo André (FACESA); Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

³ Docente do Programa de Pós Graduação Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pós-doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).



1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano deve ser reconhecido como um processo atravessado por recortes de gênero, raça, localidade e classe social. Por isso, entendemos que discutir essa temática requer como ponto de partida compreender esses recortes dentro de um modo de produção capitalista que acirra as desigualdades sociais e vulnerabilidades⁴. Estes rebatimentos repercutem diretamente para a classe trabalhadora que envelhece através da desvalorização, já que perde o “valor de exploração”. O envelhecimento humano não pode ser visto apenas pela via natural e que será uma fase da vida destinado ao tempo livre e a vivência da “melhor idade”, já que parte da classe trabalhadora envelhecida vive em péssimas condições de vida, situações de exclusão, pobreza, trabalho precário e ausência de políticas sociais em decorrência do lugar que ocupa nas relações sociais de produção. Dito isto, partimos do seguinte questionamento: como estão as condições de vida da população idosa no espaço rural?

Nossa aproximação com essa discussão ocorreu em virtude processo da docência na Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) em Aracati/CE, ao ministrar uma disciplina sobre o tema da pessoa Idoso, assim seguimos com orientações de trabalho de conclusão de curso e estágio supervisionado. Posteriormente, cursamos a disciplina de Estudos Urbanos e Rurais, adicionado a conclusão da dissertação do com o tema do envelhecimento no Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Acrescentamos a participação no Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Terceira Idade (NEPTI/UERN) e a proximidade com o tema na atuação com a política de Assistência Social no Estado do Rio Grande do Norte. Ressaltamos que o título deste artigo é um trecho da música denominada de “vida no campo” de Pena Branca e Xavantinho.

⁴ Diz respeito as condições que pessoas e famílias dispõem para dar respostas a determinadas situações de risco ou a construção de identidades que condicionam a permear por processos de exclusão social. A vulnerabilidade se refere a múltiplos fatores que nem sempre estão associados a pobreza, mas a situações de instabilidade e insegurança que pessoas e famílias podem vivenciar de forma cíclica. (ARAÚJO E ALCHORNE, 2020).



Para obtenção dos resultados utilizamos um caminho metodológico baseado na pesquisa bibliográfica a partir de categorias como: envelhecer, espaço rural, políticas sociais, condições de vida. A partir disso, seguimos a mesma linha de pensamento de Netto (2011) quando afirma que Marx não fez tábula rasa do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele, ou seja, avançando a partir do conhecimento já acumulado. Desse modo, a pesquisa foi de natureza qualitativa, pois ela se constitui em um estudo mais profundo da realidade que não pode ser quantificada. “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31).

Por fim, gostaríamos de registrar que utilizamos como paradigma teórico metodológico o materialismo histórico dialético pois acreditamos que este nos permitiu sucessivas aproximações com a realidade concreta, assim proporcionando a superação da mera aparência do fenômeno. Este método de investigação norteou a pesquisa no sentido de apreender a realidade para além da sua imediatez e de forma crítica.

2 CONCEPÇÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA

No Brasil e a nível mundial estamos presenciando o acelerado crescimento da população idosa. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgou dados em 2018 relatando que a população brasileira manteve a tendência de crescimento do envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos/idasas a mais desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017. Dessa maneira, comprovando a tendência anunciada já por pesquisas e estudiosos da área do envelhecimento em relação ao aumento significativo desses sujeitos.

Mascaro (2004) discorre sobre a velhice como uma etapa normal da vida, que faz parte do ciclo: nascimento, crescimento, amadurecimento, envelhecimento e morte. Torna-se necessário entender que a velhice é vivenciada e influenciada por dimensões: biológica, social, econômica, cultural e histórica. É uma condição do indivíduo com idade avançada e longa experiência. Interessante trazer a ideia de



Beauvoir (1990), quando a autora afirma que a velhice só pode ser compreendida em sua totalidade, considerando não apenas o fator biológico, mas o reconhecimento do fator cultural que requer de que estudar as condições dos idosos através das diversas épocas. Nessa perspectiva, faz-se necessário cada vez mais respostas através das políticas sociais para as demandas apresentadas por esses sujeitos, que também tem suas particularidades.

De acordo com Giacomini (2012), ao mesmo tempo que temos em nosso país o crescimento do envelhecimento populacional, por outro lado, encontraremos dilemas intergeracionais. Estes atravessam também o seio familiar com a vivência de situações que colocam a pessoa idosa em risco social. Importante reconhecer essas questões, principalmente, para desmistificar que as relações familiares só são permeadas de carinho e com vínculos sólidos. Pelo contrário, muitos idosos e idosas vivem em condições adversas marcadas pela pobreza e por vulnerabilidades sociais, doenças, dificuldade no acesso a bens e serviços básicos para a sobrevivência ao longo da vida, ademais a existência de situações de violência e de rompimentos dos vínculos nas relações familiares.

Para Beauvoir (1990), a velhice só pode ser compreendida em sua totalidade não representando somente um fato biológico, mas também um fato cultural que requer estudo sobre as condições dos idosos através das diversas épocas. Cabe pontuar, que Beauvoir (1990, p. 109) indica em relação a “[...] mitologia, literatura e iconografia destacam-se uma certa imagem da velhice, variável de acordo com os tempos e lugares [...]”. A autora assevera:

A imagem da velhice é incerta, confusa e contraditória. Importa observar que, através de diversos testemunhos, a palavra “velhice” tem dois significados diferentes. É uma categoria social, mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias. [...] quando perde suas capacidades, aparecer como outro; torna-se então, muito mais radicalmente que a mulher, um puro objeto; ela é necessária à sociedade; ele não serve para nada: nem para valor de troca, nem para reproduzir, nem produtor, não passa de uma carga. [...] os velhos não têm nenhuma arma, e seu problema é estritamente um problema de adultos ativos. Estes decidem de acordo com seu próprio interesse, prático e ideológico, sobre o papel que convém conferir aos anciãos. (BEAUVOIR, 1990, p. 109).

Observamos através das questões apresentadas pela autora o processo de hierarquização entre o “velho” e o “jovem” com base em sistema de produtividade, já



que o sujeito envelhecido não teria a capacidade produtiva e reprodutiva, sendo assim descartado e considerado um “peso” na sociedade. De tal modo, o processo de envelhecimento tem suas particularidades a depender do processo histórico e formas de organização social. A autora apresenta o recorte de gênero nesse processo histórico quando afirma que se tem uma radicalização quando a velhice é feminina, em virtude da “perda” de sua utilização para a servidão doméstica, ou seja, a ausência do papel de reprodução.

Observamos no trecho ainda, que a funcionalidade das pessoas idosas para o capital depende das circunstâncias, pois estes podem ser consumidores em potencial, quando usufruem de uma renda razoável, não é à toa que vemos nas mídias a divulgação das ofertas de pacotes de viagens, empréstimos consignados, tratamentos estéticos para retardar o envelhecimento, incentivo do consumo de medicamentos e suplementos, acrescenta-se os investimentos financeiros e especulativos para que pessoas idosas gastem suas aposentadorias. A rigor, o capital busca utilidade até nas vulnerabilidades. Cabe ressaltar, a naturalização do cerceamento da autonomia das pessoas idosas nos processos decisórios, no qual as funcionalidades destas são atribuídas como um problema para os adultos.

Para Mascaro (2004, p.13) “os gregos antigos glorificavam com ardor a juventude e viam a velhice como um flagelo e um castigo que aniquilava a força do guerreiro”. A autora destaca que “envelhecer e ficar velho representava também um momento trágico da existência do homem [...]” por outro lado a mesma argumenta que “[...] nem sempre as imagens da velhice expressaram decrepitude e sofrimento.” (2004, p.14). “Na Antiguidade, particularmente, entre os gregos e durante todo o período helenista, havia uma relação muito íntima entre a sabedoria e a velhice. Aquilo que hoje chamamos de terceira idade sempre esteve, no passado, associado à sabedoria [...]”. (PAULA, 2016, p. 262).

Em meados do século XVIII a Revolução Industrial, um período significativo de mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e nos sistemas de produção, expande-se os sistemas de transportes e comunicações atrelados à invenção das máquinas, que terá diretamente rebatimento nas formas de organização e redefinição do capital-trabalho. Nas palavras de Mandel (1981, s/d):



A revolução industrial concretizou esse modo de transformação do modo de produção capitalista. Ao aumentar fortemente as despesas de instalação, ao encarecer os instrumentos de trabalho, ela finaliza a transformação da propriedade dos meios de produção em monopólio de uma classe social: a dos proprietários de capitais.

Este cenário de construção do modo de produção capitalista é marcado, sobretudo pela produção e acumulação de mercadorias, exploração das relações de trabalho, ou seja, do homem pelo homem, com a finalidade de obtenção de lucro, dessa maneira expõe uma divisão da sociedade como afirmam Marx e Engels (2008, p. 9): “[...] a sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que directamente se enfrentam: burguesia e proletariado”. E acrescenta “a história de todas as sociedades até aqui é a história de lutas de classes”. (2008, p. 8). Corroborando com essas afirmações, Mandel (1981, s/p) argumenta:

O capitalismo é um modo de produção fundado na divisão da sociedade em duas classes essenciais: a dos proprietários dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho) - sejam eles indivíduos ou sociedades – que comprem a força de trabalho para fazer funcionar as suas empresas; a dos proletários, que são obrigados a vender a sua força de trabalho, porque eles não têm acesso directo aos meios de produção ou de subsistência, nem o capital que lhes permita trabalhar por sua própria conta.

É nesse período de divisão de classes sociais que os trabalhadores enfrentaram péssimas condições de vida e de trabalho com exaustivas horas, inclusive pessoas idosas que eram submetidas a trabalhos insalubres e perigosos. De acordo com Teixeira (2017) há uma necessidade de romper com o pensamento sobre envelhecimento homogêneo e a-histórico como se as problemáticas sociais que atingem os trabalhadores fossem inexoráveis a toda população que envelhece, e acrescenta: “[...] uma população sem classes, sem os diferenciadores econômicos, ou seja, sem relação com as condições de produção e reprodução da sociedade capitalista”. (p. 22). Para a autora os indivíduos envelhecem “[...] sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social [...]”. (TEIXEIRA, 2017, p. 35).



Assim, para Costa (2017) não podemos cair em uma visão homogeneizadora acerca do envelhecimento e a-histórica, uma vez que, é imprescindível reconhecer que as pessoas envelhecem de forma diferenciada e com particularidades: econômico-político, classe social, localidade, cultura, etnia, raça, orientação sexual e relações patriarcais de gênero. Portanto, precisamos desmistificar a “pseudohomogeneidade” no processo de envelhecimento dos sujeitos e dessa forma, compreender a pluralidade e particularidades. É necessário considerar as condições objetivas e materiais desses sujeitos e o lugar que ocupam no processo de produção e reprodução do capital.

3 COMPREENDENDO O ESPAÇO RURAL NO BRASIL: algumas reflexões a partir do modo de produção capitalista

Iniciar a discussão sobre este tópico faz-se necessário compreender a divisão social histórica dos espaços rural e urbano. Na concepção de Octavio Ianni em seu livro “Origens Agrárias do Estado Brasileiro” (1984) a formação da sociedade e do Estado brasileiro é agrária e capitalista, ou seja, tendo como base a propriedade privada e ainda sendo atravessado pela exploração do trabalho, dominação econômica e social e ao mesmo tempo gerando expansão da pobreza. Para Pereira (2012) o período de colonização tem forte influência nas origens rurais do Brasil como base para o sistema capitalista.

Martins e Sodré (2016) trazem a concepção de Henri Lefebvre a partir da lógica socioprodutiva interna que acaba sendo direcionado para as necessidades da cidade e ao seu modo de vida, no qual a terra passa a sucumbir a riqueza móvel, ou seja, o dinheiro conseguiria a partir desse momento, dar sinais de superação da terra como riqueza. Nessa esteira, o campo passa a estar sujeito a lógica produtiva da cidade. Lefebvre (1974, p. 32) conceitua o que entende por comunidade rural ou campesiana:

[...] forma de agrupamento social que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de família fixadas ao solo. Estes grupos primários possuem por uma parte bem coletivos ou indivisíveis, por outros bens “privados”, seguindo relações variáveis, mas sempre historicamente determinadas. Estão relacionados por disciplinas coletivas e



designam – ainda quando a comunidade tem sua vida própria – responsáveis mandatários para dirigir a realização de tarefas de interesse geral.

Cabe aqui pontuar que em nosso país, desde o início de seu processo de colonização, esteve voltada para extração de recursos naturais e exploração de terras que fossem capazes de produzir e atender as requisições capitalistas. Para Alencar e Menezes (2009) tanto os espaços urbano e rural não são homogêneos no Brasil, pois são atravessados por particularidades, mas que estão submetidos ao mesmo modo de produção capitalista que utiliza a terra como elemento basilar e a transforma em um valor de troca privado dos proprietários de terra que dominam esses espaços de forma a manter o processo de acumulação de riquezas.

Na maioria das vezes é no espaço rural que ocorre o desenvolvimento da agricultura e a criação de animais, herança do abandono da vida nômade, em que o indivíduo determinou um local para firmar sua moradia, a produção e reprodução da vida humana. Neste período, desenvolviam o formato da agricultura familiar, na qual administravam e trabalhavam diretamente com a produção rural, através dos pequenos proprietários rurais o cultivo da terra e a produção de alimentos e a criação de animais é direcionada a subsistência da família através do consumo e da venda desses produtos. Cabe destacar, que o tema sobre a agricultura familiar tem sido pauta entre movimentos sociais, meio acadêmico e nas políticas elaboradas pelos governos, principalmente quando se criou a Lei 11.326/2006 que estabelece o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF⁵.

No modo de produção capitalista, as atividades que tem como base a subsistência familiar e a sustentabilidade ambiental, são subalternizadas e para dar margem a expansão do agronegócio em busca da maximização do lucro através da exploração do trabalho e investimentos em tecnologias, assim provoca o acesso desigual à terra além do processo de devastação ambiental.

Para tanto, tais imposições do capital internacional ao espaço rural, este passa a ser redesenhado em favorecimento do agronegócio que tem dominado uma boa

⁵ A lei tem o intuito de reconhecer a agricultura familiar e os empreendimentos familiares rurais, com vistas a integração a política agrícola e dispôs diretrizes para beneficiar silvicultores, aquicultores, extrativistas, povos indígenas e quilombolas que desenvolvam atividades rurais.



fatia de recursos públicos. Segundo Pereira (2012) o agronegócio vem crescendo no país e com isso teremos a intensificação da exploração da agricultura e do trabalho, além do aumento da degradação do meio ambiente, concentração da terra para a burguesia agrária e a criminalização das lutas sociais.

A junção do capital financeiro internacional com a burguesia agrária que domina a produção de produtos direcionados aos países centrais subordinando pequenos produtores rurais aos interesses da agroindústria e deixando em segundo plano a agricultura familiar o que gera conflitos.

Em virtude do movimento de mundialização e expansão do capital sobre todos os setores da economia, identifica-se, na atualidade, a existência de dois modelos de agricultura, que estão em disputa no cenário brasileiro. De um lado, o agronegócio ou *agribusiness*, representado pela burguesia agrária e articulado ao capital financeiro internacional; do outro, a agricultura camponesa com base na produção familiar e de alimentos, sustentada pelos/as trabalhadores/as rurais assentados, sitiantes, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros e pequenos produtores rurais (PEREIRA, 2018, p. 177).

Pereira (2018) ainda esclarece que o agronegócio domina um volume significativo das terras no campo com auxílio dos governos brasileiros que vem destinando recursos para sua expansão em uma aliança com o capital financeiro, desse modo, favorece os interesses das multinacionais e a produção agrícola passa a ser direcionada aos desejos e determinações das empresas estrangeiras.

A burguesia agrária é formada e identificada como a classe dominante, aquela que possui os meios de produção, ou seja, a terra, os recursos naturais, o capital agrário, capital agroindustrial, capital agrocomercial, capital financeiro e se organiza através de grandes empresas capitalistas que administram direta e indiretamente a produção agrícola de monocultura e mantém um número considerável de trabalhadores assalariados, que sustentam o processo de acumulação e reprodução capitalista. Esta apropria-se do trabalho excedente e da mais-valia. Essa classe se opõe ao campesinato, seus movimentos sociais, suas lideranças e suas organizações, através dos mais diversos instrumentos ideológicos de coerção e violência. (PEREIRA, 2018, p.186)

Esse cenário acentua ainda mais as desigualdades sociais no campo, principalmente, com o aumento da concentração de terras, o desemprego rural, e o rebaixamento dos produtos da agricultura familiar, dessa maneira uma parcela da população no campo vive em condições precárias e com a diminuição ou quase ausência das políticas sociais. Essas regiões são marcadas pela má distribuição de



água potável que passa a ser utilizada em sua maioria pelo agronegócio e deixa ao pequeno produtor do campo águas contaminadas e sem qualidade para a subsistência.

4 CONDIÇÕES DE VIDA E ENVELHECIMENTO NO ESPAÇO RURAL NORDESTINO

Na atual conjuntura brasileira presenciamos o aumento significativo da população idosa; discussões e pesquisas sobre o envelhecimento ganham cada vez mais espaços requisitando respostas a demandas específicas. Ainda segundo a Agência de Notícias do IBGE (2017), no Brasil, a expectativa de vida da população brasileira passou de 75,5 anos para 75,8 anos, ou seja, um aumento no tempo médio de vida de três meses e 11 dias. Os dados apontam que Santa Catarina seria o Estado que apresentaria uma maior expectativa de vida, em cerca de 79,1 anos, já em outro extremo, encontramos Estados da região Nordeste com uma expectativa de vida menor, como o Maranhão com 70,6 anos e Piauí com 71,1 anos de idade. Nessa perspectiva, o país é caracterizado por desigualdades regionais no processo de envelhecer.

O Nordeste historicamente tem sido uma região marcada pela expansão da miséria e com famílias que vivem com renda abaixo da linha de pobreza, inclusive pessoas idosas. Um estudo realizado por Carvalho (2019) mostrou as condições de vida da população idosa no Nordeste é vivenciada por situações de pobreza, analfabetismo e para muitos até a falta de água encanada dentre outras situações de precariedade, o mesmo estudo também aponta que em decorrência dessas condições de vida dessa população tem ocasionado o aumento de câncer, inclusive ocupando o segundo lugar no ranking de mortes de idosos no Nordeste, entre homens e mulheres. Segundo o autor, os três com maior incidência são a próstata (entre os homens), o de mama (entre as mulheres) e o de pulmão.

Dessa maneira, esses determinantes sociais da região e de saúde impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas idosas, pois são múltiplos fatores que se entrelaçam. A promoção da saúde no campo é intrínseca ao acesso aos demais



serviços públicos, dentre eles: água potável e encanada, saneamento básico, renda, alimentação de qualidade, trabalho, espaços de lazer e atividades físicas, informação entre outros serviços.

Tais desigualdades regionais como demonstra a Agência IBGE Notícias (2018), aponta um maior acesso a renda na região Centro com valor de (R\$ 2.479,00) e o Nordeste com o menor (R\$ 1.429,00), o menor. Ainda segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base no coeficiente de Gini (2010-2017) o Brasil é o 3º (53,1%) país na América Latina perde Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e fica também em 9º e relação a diferente entre renda mais ricos e mais pobres. O crescimento e agudização da pobreza no Brasil é demonstrado através de dados que comprovam essa realidade; de acordo com o relatório “País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras 2018”, elaborado pela OXAFAM Brasil (2018, p. 11), que é uma confederação global com objetivo de combater a pobreza em 93 países, aponta que entre os anos 2017-2018 ocorreu um recuo do progresso social no país e ainda relata que “coeficiente de Gini de renda domiciliar per capita, índice que mede a desigualdade de renda no país e que vinha caindo desde 2002, estagnou entre 2016 e 2017”.

Transpondo essa discussão e entendendo os rebatimentos da questão política no país, esses dados retratam o ano de 2016 em que ocorreu o *impeachment* da presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, passando o governo para o vice Michel Temer. A partir disso, implantou-se no país um direcionamento econômico de corte dos gastos sociais. Segundo os dados produzidos pelo relatório da OXAFAM Brasil (2018) pela primeira vez depois de dez anos teremos alta na mortalidade infantil além da regressão na equiparação de renda entre mulheres e homens, na equiparação de renda entre negros e brancos e aumento da pobreza. Oportuno também citar os dados divulgados pela Agência de notícias do IBGE (2018) que expõe o aumento de dois milhões de pessoas em situação pobreza no ano de 2017 em relação ao ano de 2016, com isso o país passa a ter um total de 54,8 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 406 por mês.

Em relação ao envelhecimento no campo da região nordeste Brasil, o espaço rural tem sido moradia de uma parcela de trabalhadores envelhecidos, a maioria viveu



do trabalho rural através de plantações ou/e criação de animais e muitos idosos e idosas continuam desenvolvendo suas atividades mesmo já aposentados. O espaço do campo tem sido cada vez mais abandonado por pessoas mais jovens que acabam buscando outras oportunidades de empregos melhores e educação, com isso cabe aos membros familiares idosos dar continuidade aos bens da terra adquiridos pela família. A permanência destes, também está vinculada a construção da identidade cultural com aquele local e o apego à terra e suas raízes.

O trabalho no campo não diferente da cidade também é atravessado por um processo de precarização da mão de obra e quase inexistência do trabalho formal. Encontram-se ainda condições análogas ao trabalho escravo, sem nenhuma proteção dos direitos trabalhistas e com péssimas e insalubres situações de trabalho e sem nenhuma segurança. O uso de agrotóxicos tem sido crescente no campo e com isso diversos trabalhadores e trabalhadoras estão expostos a essas substâncias químicas que são nocivas à saúde humana a curto e longo prazo. A classe trabalhadora do campo sofre ainda com o desgaste físico e mental, a ausência ou limitação das políticas sociais em decorrência dos ditames neoliberais e a desresponsabilização do Estado, condicionando o envelhecimento as diversas vulnerabilidades.

Dessa forma, o envelhecimento da classe trabalhadora em assentamentos rurais é cravado por vulnerabilidades sociais, dentre as mais comuns: a ausência de saneamento básico, habitação e até mesmo a de luz elétrica, além da dificuldade em muitos casos em acessar as políticas sociais locais em virtude do isolamento geográfico áreas excluídas pelos investimentos capitalista, assim como esquecidos pela intervenção do Estado. O Nordeste sofre também com a escassez de chuvas e isso acarreta momentos de seca comprometendo a renda de famílias inteiras que dependem da agricultura tanto para alimentação, quanto para a venda desta. De acordo com Júnior (2006) o Nordeste no Brasil e principalmente a zona rural é uma das regiões mais afetadas com a pobreza e pelas condições de vida precárias, e que embora nos últimos anos ocorreu um crescimento em investimentos econômicos isto não resultou na eliminação total dos altos índices de desigualdades sociais.

Na concepção de Peres (2011) a questão social agrária é complexa, expõe o desrespeito aos direitos sociais constituídos e a incidência do analfabetismo de idosos



e idosas, com destaque para o Estado do Rio Grande do Norte (RN). Para o autor o Estado do RN é uma das regiões com os maiores índices de analfabetismo do país e argumenta que “O problema do analfabetismo atinge principalmente as populações mais idosas, de cor negra e parda, do sexo feminino, e os residentes nas áreas rurais”. Dessa maneira, como a lógica do sistema é baseada na exploração do trabalho, quando a pessoa idosa consegue obter a aposentadoria, ela passa a ser excluída do processo capitalista para abrir espaço a novos exércitos industriais de reserva. “A aposentadoria, de certa forma, assume, simbolicamente, o significado de retirada ou saída da vida produtiva”. (PERES, 2011, p. 636).

Por fim, salientamos que o desenvolvimento das políticas sociais permeio o espaço rural a partir da década de 1990 em decorrência das inúmeras reivindicações dos movimentos sociais, principalmente, em ações voltadas à agricultura familiar. É com a constituição de 1988 que as políticas sociais passam a ser primazia do Estado, principalmente, a seguridade social que é um marco em relação a garantia dos direitos sociais. No entanto, apesar dos avanços os direcionamentos neoliberais marcam essa trajetória no Brasil, assim, a adoção destes modelos permitiu um esfacelamento das políticas sociais e o deletério dos direitos sociais a partir de determinações dominantes para o fortalecimento do sistema capitalista. (GIACOMIN, 2012).

As ações das políticas sociais com esse viés tornam-se cada vez mais compensatórias, paliativas, assistencialistas, e que ainda são impulsionadas a serem acessadas via mercado como tem sido o caso da expansão do processo de mercantilização da educação e saúde no Brasil. Esse cenário tem gerado um aprofundamento nos níveis de pobreza e aumento da desigualdade social no país, com a manutenção e fortalecimento de um Estado mínimo que se desresponsabiliza com políticas sociais e valoriza a transferência e execução destas pelo terceiro setor.

Diante dos apontamentos apresentados neste estudo temos a certeza que ele não se esgota, a realidade é complexa e se expressa com fatos que precisam de análises. Portanto, compreendemos que o envelhecimento é processo complexo que se relaciona com múltiplas dimensões sociais, culturais, políticas e regionais. As pessoas idosas sofrem formas de opressões distintas perpetradas pelo sistema capitalista. No Brasil, na região Nordeste, elas possuem uma expectativa de vida



menor que nas outras regiões do país, e ao analisar as pessoas idosas que vivem no campo têm se a rigor, uma série de fatores que impactam na qualidade de vida destas. Tais vulnerabilidades da vida no campo são permeadas por negligências de direitos sociais que repercutem em processos de doenças e consequentemente tornam a pessoa idosa dependente de cuidados e serviços amplos e integralizados, que o espaço do campo dificilmente consegue ofertar. No entanto, acreditamos que a construção de identidades e raízes com a cultura e o espaço rural podem fortalecer as lutas em busca de uma vida digna.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edgilson Tavares de; ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial**. Salvador: Ministério da Cidadania; Universidade Federal da Bahia, 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 10.471 de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. **A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados**. In: Teixeira, Solange Maria (Org). Envelhecimento na Sociabilidade do Capital. Campinas: Editora Papel Social, 2017, p. 76-93.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: UNICAMP, 1985. (Coleção América Latina).

GIACOMIN, Karla. **Contradições do Estado brasileiro ante o envelhecimento do seu povo**. Revista Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.1, 2014.

GIACOMIN, Karla Cristina. Envelhecimento populacional e os desafios para as políticas públicas. In: **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, p. 17-44, 2012.

GROISMAN, Daniel. **Envelhecimento, direitos sociais e a busca pelo cidadão produtivo**. Revista Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.1, 2014.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





HADDAD. Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos>>. Acesso em: Dez 01 de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agenciadenoticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quasemetade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>. Acesso em: 07 de Nov de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O que é? - Índice de Gini**. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php>

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Vol. I Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 2002.

MASCARO, Sônia A. **O que é velhice**. São Paulo, Brasiliense, 2004

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 729-753, 2012.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste**. In: Revista Sociedade e Estado. Brasília, nº 26, p. 631-661, 2011

OXFAM BRASIL. **País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pa_is_estagnado_digital.pdf?utm_source=site&utm_medium=social&utm_campaign=relatorio_download&utm_content=visitantes-site&utm_term=botao_botao-download_cpc_downloadrelatorio_baixa>. Acesso em: 20 de out 2020.